



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ**

**LEI Nº 7.448 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**INSTITUI O RELATÓRIO TEMÁTICO  
ORÇAMENTO DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE COMO  
INSTRUMENTO DE CONTROLE  
SOCIAL E FISCALIZAÇÃO DO  
ORÇAMENTO PÚBLICO.**

**O Prefeito Municipal de Cuiabá-MT:** Faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá/MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o relatório temático Orçamento da Criança e do Adolescente como instrumento de transparência, controle social e fiscalização da destinação e execução do orçamento público referente ao tema.

**Art. 2º** Deve ser encaminhado à Câmara Municipal de Cuiabá e divulgado nos portais eletrônicos, pelo Poder Executivo, até o dia 30 de abril, o relatório anual referente ao exercício anterior da execução orçamentária do Orçamento da Criança e do Adolescente com segmentação das programações orçamentárias expressamente voltadas às crianças e adolescentes em caráter exclusivo, das que tenham crianças e adolescentes como parte do público-alvo declarado e das que não tenham crianças e adolescentes como público-alvo exclusivo ou parcial, mas que tenham impacto positivo ou negativo relevante sobre a garantia de direitos de crianças e adolescentes, com notas explicativas dos tipos e pesos do impacto.

**§ 1º** É considerada despesa exclusiva o grupo de despesas públicas diretamente relacionadas à promoção de políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes.

**§ 2º** É considerada despesa não exclusiva o grupo de despesas públicas dirigidas indiretamente à promoção de políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes e à garantia de seus direitos.

**Art. 3º** Na elaboração do relatório de que trata esta lei, devem ser detalhadas, para cada unidade orçamentária constante dos orçamentos fiscal, de seguridade social e de investimento das autarquias e fundações, as despesas exclusivas e não exclusivas cujas beneficiárias sejam as crianças e adolescentes.

**Art. 4º** O relatório de que trata esta lei poderá ser dividido em sub-relatórios temáticos, abordando, no mínimo, as seguintes temáticas orçamentárias:

**I** – enfrentamento de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes;

**II** – garantia do direito à educação, cultura, esporte e lazer;





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ**

- III – promoção da saúde integral de crianças e adolescentes;
- IV – garantia do direito à convivência familiar e comunitária;
- V – proteção contra o trabalho infantil e exploração;
- VI – acesso à justiça e proteção legal;
- VII – inclusão de crianças e adolescentes com deficiência;
- VIII – desenvolvimento sustentável com protagonismo infantojuvenil;
- IX – políticas de mobilidade urbana e segurança pública para crianças e adolescentes;
- X – política pública de habitação com foco nas necessidades de crianças e adolescentes.

**Art. 5º** O relatório de que trata esta lei deve ser analisado pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária e pela Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, ambas da Câmara Municipal de Cuiabá.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, em Cuiabá-MT, 31 de dezembro de 2025.

  
**ABÍLIO JACQUES BRUNINI MOUMER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

